

## **Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas<sup>1</sup>**

**Silvio José Benelli<sup>2</sup>**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**Resumo:** Por meio de uma ampla revisão da literatura procuramos problematizar a pesquisa na universidade e, particularmente, suas relações com as práticas psicológicas, tomando-a como instituição. Para que serve a pesquisa desenvolvida na academia universitária? Quais seriam alguns de seus problemas principais? A partir de uma grade teórica e analítica epistemológica e ética, distinguimos um conjunto de modalidades diversas de pesquisas realizadas na universidade: a pesquisa de corte positivista tradicional; a pesquisa-ação baseada no materialismo histórico; as práticas de intervenção psicossocial de matiz pedagógico/psicologizante; a pesquisa-intervenção referenciada na Filosofia da Diferença e a intercessão-pesquisa orientada por uma complexa perspectiva transdisciplinar, enquanto um modo de produzir transformações sociais, atuando no plano microfísico dos estabelecimentos institucionais nos quais o trabalhador está inserido. As relações entre a pesquisa acadêmica e o plano das práticas psicológicas constituem figuras diversas e também são produtoras de efeitos éticos e sociais distintos. Esse poderia ser um critério para guiar a escolha por uma ou outra dentre tais modalidades.

**Palavras-chave:** pesquisa acadêmica, práticas psicológicas, conhecimento, saber, ética.

### ***Problematizing the institution research in the university and the psychological practices: epistemological and ethical questions***

**Abstract:** *Through a broad review of the literature we aim to problematize the research in the university and, particularly, its relations with psychological practices, considering them as an institution. What is the purpose of the research developed in the university academy? What are some of its main problems? From a theoretical and analytical epistemological and ethical*

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no contexto dos trabalhos do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade e Saúde” (LATIPPSS).

<sup>2</sup> Psicólogo e mestre em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis, SP. Doutor em Psicologia Social pelo IP/USP, São Paulo. Professor assistente doutor no Departamento de Psicologia Clínica e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FCL/UNESP, Assis, SP. Integrante do “Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e ‘Subjetividade e Saúde’” (LATIPPSS) – associado ao Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Saúde Coletiva” inscrito no diretório de grupos do CNPq. E-mail: silvio.benelli@unesp.br

*framework, we distinguish a set of diverse modalities of research carried out in the university: the research of traditional positivist court; action-research based on historical materialism; the practices of psychosocial intervention based on pedagogical/psychologizing nuance; the research-intervention referenced by the Philosophy of Difference and the intercession-research oriented by a complex transdisciplinary perspective, as another way of producing social transformations, acting in the microphysical plane of the institutional establishments where the worker is inserted. The relations between academic research and the plan of psychological practices makes up diverse figures and also produce ethical and social effects different. It could be a criterion to guiding the choice of one or another of these modalities.*

**Key words:** *academic research, psychological practices, knowledge, ethics.*

### **Considerações iniciais**

Encontram-se na literatura acadêmica, numerosos trabalhos da área de Psicologia que procuram discutir a relação entre pesquisa científica e a aplicação do conhecimento na realidade social, discorre-se sobre os sentidos e finalidades da formação universitária desenvolvida nos cursos de graduação e também quanto à produção dos programas de pós-graduação. Debate-se ainda sobre a questão da formação de novos trabalhadores-pesquisadores, bem como sobre quais são as perspectivas teóricas, técnicas e políticas que embasam essa preparação de trabalhadores da área da Psicologia que vão se inserir no mercado de trabalho, sobretudo, como servidores públicos no âmbito municipal, nas áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, atuando no campo das políticas públicas sociais. Procurando sistematizar uma reflexão crítica, tanto epistemológica quanto ética, sobre o material disponível, com a intenção de problematizar a instituição pesquisa na universidade e também nas práticas psicológicas, procurou-se colecionar um conjunto de trabalhos acadêmicos publicados em teses, dissertações, livros e revistas científicas que empregam alguns significantes tais como: métodos de pesquisa, ensino e pesquisa, pesquisa e intervenção, compromisso social, transformação social, inserção social, intervenção social, intervenção psicossocial, etc.

Aparentemente, é possível considerar que a instituição pesquisa e seus possíveis impactos e efeitos na realidade preocupam os integrantes da academia e também as agências reguladoras e de financiamento tanto dos programas de iniciação à pesquisa de alunos de graduação quanto dos programas de pós-graduação. Podemos citar os trabalhos de Casas (2005), Duarte (2006), Sousa (2006), Bujes (2008), Furlan (2008), Ferreira Neto (2004,

2008), Lampert (2008), Scarparo (2008), Dantas (2010), Groff, Maheirie e Zanella (2010), Catão (2011), Dias (2011), Patto (2012), Silveira (2012), Coelho (2012), Vieira, Assis e Campos (2013), Guazi e Laurenti (2015), Fiochi (2016) que revelam a preocupação dos autores com o tema da pesquisa e suas relações com a prática profissional, quanto aos seus impasses e efeitos éticos.

Essa pequena amostra é certamente eclética e de valor desigual, mas é relevante para dar início à discussão que se pretende apresentar. Lendo-os, a impressão que se tem é que eles não terminam de circunscrever claramente quais são os componentes essenciais do problema – inclusive alguns se perdem em um emaranhado de detalhes secundários – pois não dispõem de uma grade teórica e analítica que lhes permita colocar os itens fundamentais que poderiam permitir certo equacionamento da questão em pauta, no sentido de torná-la lógica e intelectualmente compreensível, de sistematizar e avaliar a complexidade exigente dos seus diversos elementos constitutivos essenciais. A pretensão é contribuir com esse debate, para o que se buscou formular uma grade analítica a partir de problematização da instituição pesquisa na universidade e também nas práticas psicológicas, considerando as questões epistemológicas e éticas como categorias fundamentais.

### **Mapeando as diversas modalidades de pesquisa na universidade**

De acordo com o conhecimento, inserção e experiência que se tem da vida acadêmica, na universidade ainda também se ensina a fazer um tipo de *pesquisa de corte positivista tradicional* que pode ser considerada normalmente como um conhecimento interventor e intromissor, de viés autoritário, tutelador e prescritivo.

Também se pode ensinar a desenvolver a chamada *pesquisa-ação*, de tendência crítica e participativa, interessada na produção de um conhecimento coletivo que seja transformador da realidade. Nesse segundo caso, trata-se certamente das pesquisas que se baseiam fundamentalmente no *materialismo histórico*.

Constata-se igualmente a existência de uma modalidade que pode ser denominada como um conjunto de práticas de *intervenção psicossocial*, que mais do que produzir conhecimentos, parece constituir um forte processo de intervenção no qual a psicologia se pedagogiza, na busca de modificar a realidade, ao mesmo tempo em que produz efeitos terapêuticos normalizadores. Seu melhor exemplo seria dado por um conjunto de práticas atualmente denominadas “oficinas”.

Há ainda a *pesquisa-intervenção*, referenciada na Filosofia da Diferença, na Esquizoanálise, na Genealogia e na Cartografia. A pesquisa consiste, nessa versão, num dispositivo de intervenção que se afirma enquanto ato político, partindo da indissociabilidade

entre saber, poder e produção de subjetividade. Busca-se captar o processo, o movimento, o acontecimento, enquanto realidade histórica complexa.

Também existe outra modalidade de atuação profissional, denominada de *intercessão-pesquisa* (Costa-Rosa, 2008) representando um outro modo de produzir transformações sociais, atuando no plano microfísico dos estabelecimentos institucionais nos quais o trabalhador está inserido. Ele não é alguém que vem de fora – da universidade, por exemplo –, mas é um integrante de direito e de fato da equipe de trabalhadores. Num momento posterior, se for o caso, é possível produzir um conhecimento sobre a práxis da intercessão realizada, já situado no âmbito da universidade, inserido num programa de pós-graduação. Aí se trata de produzir uma reflexão acadêmica sobre a experiência do intercessor e não discorrer sobre “sujeitos” outros que são tomados, normalmente, como objetos.

Tendo esquematizado muito rapidamente uma lista quanto às principais modalidades de pesquisa e de produção de conhecimento detectadas na academia, é possível articular algumas perguntas essenciais. Como realizar uma atuação profissional enquanto psicólogo num dado estabelecimento institucional, de modo abrir possibilidades de ações coletivas que visem a promover a transformação social? Quais seriam os referenciais teóricos, técnicos, políticos e éticos que poderiam subsidiar esse trabalho crítico, engajado e militante? A proposta da intercessão-pesquisa, postulada por Costa-Rosa (2008) oferece possibilidades muito interessantes para articular algumas respostas a tais perguntas<sup>3</sup>.

As questões colocadas procurando problematizar a produção da pesquisa e do conhecimento na universidade, encontram uma importante interlocução com o trabalho denominado de intercessão-pesquisa, no qual se discute tanto a produção do *saber* na práxis efetiva do trabalho no contexto institucional quanto o *conhecimento* na práxis acadêmica universitária. A seguir, serão descritas de um modo esquemático, essas diversas modalidades de produção de pesquisa, bem como seus principais efeitos éticos.

### ***1. O dispositivo interventor: intrusão ou intromissão científica autoritária***

---

<sup>3</sup> Esse é um conjunto de questões com as quais se ocupam atualmente um grupo de trabalho, influenciado pelas investigações e problemas que Costa-Rosa levantou e discutiu, tanto com seus orientandos de mestrado e de doutorado (Costa-Rosa, 2008), bem como no “Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e ‘SubjetividadeSaúde’” (Latippss), coletivo de trabalho associado ao Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Saúde Coletiva”, inscrito no diretório de grupos do CNPq e junto à Linha de pesquisa “Subjetividade, Psicanálise e Saúde Coletiva” do curso de Pós-Graduação “Psicologia e Sociedade” (FCL/Unesp - Campus de Assis). Há diversas dissertações produzidas a partir de experiências de intercessão-pesquisa nos estabelecimentos institucionais das diferentes áreas em interface com a Saúde Coletiva, dentre elas, Assistência Social (Souza, 2015; Mexko, 2017), Atenção Básica (Périco, 2014); Rede hospitalar de atenção à urgência e emergência (Costa, 2016), Atenção Psicossocial (Shimoguiri, 2016; Galiego, 2013; Pereira, 2011).

Esta modalidade de produção de conhecimento se localiza no plano da pesquisa positivista típica: o cientista é um especialista autorizado e detentor de um saber-poder a partir do qual se intromete de modo autoritário, supostamente neutro e técnico, imparcial e objetivo, sobre um objeto, com a finalidade de conhecê-lo, para saber como funciona, visando modificá-lo de acordo com seu saber científico verdadeiro. Há uma subordinação objetificadora e coisificante do outro, o *sujeito* da pesquisa é reduzido a um objeto, normalmente um objeto passivo. São hegemônicas as cisões entre ciência e política, saber e poder, pensar e fazer, teoria e prática, planejadores e executores, sujeito e objeto, normal e anormal, objetividade e subjetividade (que aparece apenas como variável interveniente, problemática, que deve ser abolida), neutralidade e implicação.

Trata-se de conhecer para saber, saber para prever, prever e prescrever para controlar, de acordo com o lema positivista clássico. O conhecimento certo e verdadeiro, com base numa perspectiva causal, leva à formulação de modalidades de intervenção com objetivos preventivos, curativos e reabilitadores, com a pretensão de evitar, curar e readaptar as possibilidades desviantes da norma. Se na ordem da política imperam as relações conservadoras de dominação, subordinação e exclusão social (seguidas de práticas de reinserção e de inclusão social consentidas e subalternas), no campo epistemológico, essa ordem se traduz em práticas científicas colonizadoras autoritárias e francamente invasivas. Os efeitos visados promovem a manutenção da realidade social do modo como está, pois, essa prática científica é essencialmente conservadora.

Seus referenciais teóricos incluem: a) o cientificismo clássico, composto por teorias inspiradas no método das ciências naturais e exatas, operando por meio dos princípios da experimentação, da neutralidade, da objetividade, da generalização, da previsibilidade, do controle dos resultados, da cientificidade, do tecnicismo, do pragmatismo (que postula o útil e o efetivo como critérios para definir o verdadeiro), da crença num conhecimento racional, certo, completo, cabal, verdadeiro e eterno; b) o funcionalismo: perspectiva sociológica que define o homem como sendo um organismo biológico que busca adaptar-se e ajustar-se ao seu meio ambiente e à sociedade como sendo formada por partes diferentes que deveriam se articular de modo harmônico, sendo que os problemas são considerados apenas como disfunções marginais e individuais. O comportamento humano teria então uma função adaptativa, na qual o indivíduo procuraria simplesmente se ajustar de modo subordinado ao seu contexto. A própria sociedade é pensada por meio da metáfora de um organismo que funcionaria de modo sistêmico e integrado, segundo Demo (1987, p. 109), constituída “de partes concatenadas, capaz de manter e recobrar o equilíbrio da persistência histórica”. A consciência psicológica possuiria, de acordo com essa definição, uma característica

utilitarista, pois seria a mediadora entre as necessidades do organismo e as exigências do seu ambiente. Ajustamento harmônico e integração adequada são as finalidades sociais buscadas, sendo necessário recuperar e reintegrar os indivíduos desadaptados, marginais e problemáticos.

Partindo da dicotomia ciência-implementação, os procedimentos e as técnicas de pesquisa predominantes incluem: levantamento e coleta de dados empíricos tidos como objetivos, aplicação de questionários, de testes, numa perspectiva absolutamente quantitativa, visando à mensuração de dados, ao controle de variáveis e ao tratamento estatístico de informações reais tidas como fatos verdadeiros. Exemplos disso podem ser encontrados em diversos manuais de metodologia científica tradicionais: Carvalho (1989), Gil (1988, 1999), Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (1999), Laville e Dionne (1999). À produção das análises segue a etapa da aplicação prática do conhecimento produzido na realidade, visando modificá-la, a partir da lógica da causalidade, e da crença na díade “problema-solução”.

O conhecimento é produzido por meio do trabalho exclusivo do cientista que se inclina sobre os objetos que quer conhecer e neles aplica seus instrumentos de investigação, capazes de encontrar uma verdade-toda sobre a realidade. Conhecer consiste em pensar. O lema do dispositivo interventor poderia ser “Conheça e depois faça”, pois primeiro é preciso conhecer para depois mandar fazer. Uma vez de posse do conhecimento verdadeiro, pode-se partir para sua aplicação técnica efetiva na realidade, ordenando que os trabalhadores cumpram suas ordens. Predomina a produção de protocolos de procedimentos padrão gerais e amplos que supostamente serviriam para resolver os mesmos problemas nos mais diversos lugares e épocas<sup>4</sup>.

Quando os sujeitos não são tratados como tais, eles tendem a expressar uma objeção/rejeição mais ou menos velada, pois realmente seria impossível, e, portanto, inadequado, tentar ensinar e governar as pessoas, embora seja possível que elas aprendam e se organizem politicamente. Se os conhecimentos dos técnicos trabalhadores que atuam nos

---

<sup>4</sup> Provavelmente, no caso da Extensão Universitária – tema tratado por vários autores a partir de perspectivas diversas, tais como, por exemplo: Botomé (1996), Zuanon; Magnoni; Galhardo; Del Masso (2007) e Araújo (2012) –, funcionar, de fato, partir desse lugar de mestria para realizar seus projetos de “prestação de serviços à comunidade”, não é de admirar a qualidade problemática dos resultados eventualmente alcançados. As atuais ofertas típicas de “formação”, de “capacitação”, de “reciclagem” e de “aprimoramento profissional” nos mais diversos âmbitos institucionais, se baseiam na estratégia típica de suprimento de conhecimentos a partir de uma posição de mestria e numa perspectiva de intervenção que trata o coletivo como um mero conjunto de individualidades, como objetos nos quais se depositam saberes verdadeiros completos e efetivos. Diversas modalidades de cursos de formação e de palestras são realizadas e, embora tenham alguma utilidade, parecem produzir resultados pouco efetivos. Inclusive é possível verificar a inutilidade de tais práticas quando o que interessa é a transformação das instituições – e dos estabelecimentos nos quais elas se estratificam e operam –, e quanto aos efeitos éticos que promovem.

estabelecimentos institucionais são normalmente implícitos, tácitos e fragmentários, não se trataria de substituí-los de modo autoritário e arrogante por saberes científicos psicológicos, pedagógicos ou sociológicos por meio de “cursos de qualificação” que parecem produzir apenas mais “[...] incapacidade treinada [...]” (Patto, 1990, p. p.351). O mais adequado seria realizar um trabalho permanente com pequenos grupos nos estabelecimentos, pautados por processos autoanalíticos e autogestivos, como propõe, por exemplo, Melo Neto (2004), na contramão da tendência intrusiva e autoritária extensionista mais tradicional.

Quanto aos seus efeitos éticos, o dispositivo interventor funciona a partir da ética da tutela (Benelli, 2014), implementa efeitos tuteladores e subordinadores sobre o outro que é objetificado, manipulado e transformado a partir dos conhecimentos do cientista, detentor da verdade científica, que seria completa.

## **2. O Dispositivo participativo: a pesquisa-ação**

Partindo do método dialético, essa modalidade de pesquisa pode ser considerada crítica, pois já problematiza inicialmente a relação do pesquisador com o ato de pesquisar, supõe e propõe a inserção social e institucional do pesquisador na realidade social que pretende conhecer (Richardson, s/d). Criticando a *neutralidade* e a *objetividade* enquanto mitos científicos, entende que a pesquisa implica *participação*, encontro de trabalho entre o pesquisador e os sujeitos localizados no contexto da pesquisa, considerados como sujeitos ativos do processo de produção do conhecimento. O pesquisador se insere no campo de pesquisa e procura incluir as pessoas envolvidas num processo coletivo de produção do conhecimento (Demo, 1987, 2001, 2004).

A pesquisa-ação (Barbier, 1985, 2004; Gajardo, 1986; Thiollent, 1994; Mion; Saito, 1995; Hurtado, 1992; Parker, 2004; Franco, 2005) supõe uma participação direta dos interessados na própria pesquisa que se organiza em torno de uma determinada ação, visando a solucionar problemas concretos da vida daquele coletivo, grupo ou “comunidade”, habitante de um dado território (Brandão, 1982, 1984, 1985, 1986a, 1986b). Há atenção e cuidado para com a articulação entre a ação desenvolvida por um grupo e o conhecimento que é construído a partir dela, a partir da mediação do pesquisador, que atua como “intelectual orgânico” (Semeraro, 2006; Duriguetto, 2014). Trata-se de um trabalhador da academia que se alinha com os interesses e com as necessidades do pólo subordinado, constituído pelas classes populares trabalhadoras e excluídas.

É importante notar que a *participação* se estende num arco que começa com o nível do diálogo e da informação, passa pelos níveis da consulta facultativa, da consulta obrigatória, da solicitação da produção de elaboração-recomendação, vai em direção da cogestão, da

delegação, culminando com a autogestão (Boff, 1984; Bordenave, 1987; Pereira, 1988; 2001), ápice e horizonte do processo. Há uma relação diametralmente inversa entre o aumento progressivo dos níveis de participação dos sujeitos pesquisados, que vão deixando o lugar de objeto, e a diminuição do poder dos dirigentes-pesquisadores, caso deixem vazio tal lugar.

Não há neutralidade, pois toda pesquisa produz interferência no objeto pesquisado e não há objetividade absoluta, pois o plano da subjetividade é sempre patente, passando a assumir um papel central na pesquisa social: o pesquisador social passa a se entender como um ator social que seria capaz de *provocar mudanças institucionais*, trabalhando nos conflitos interpessoais, grupais e relacionais no âmbito do estabelecimento, como na Psicossociologia, e *transformações sociais* na realidade, pois o pesquisador se torna um intelectual engajado e comprometido com as questões sociais, um “intelectual orgânico”, imerso e mergulhado nas causas populares, atuando como fomentador de espaços de participação coletiva, crítica e reivindicadora, integrando ações educativas, politizadas e de organização de comunidades populares, como na Educação Popular. O outro já não é mais tomado como objeto, mas começa a ser considerado enquanto sujeito fundamental do processo de produção do conhecimento e de transformação social.

Nessa perspectiva, pretende-se questionar e problematizar dialeticamente as dicotomias tradicionais entre ciência e política, saber e poder, pensar e fazer, teoria e prática, planejadores e executores, sujeito e objeto, objetividade e subjetividade (como variável interveniente problemática que precisa ser abolida), neutralidade e implicação, mas ainda sem obter grande sucesso quanto a superá-las concretamente. Por exemplo, ainda não se questiona o porquê da existência do especialista do conhecimento científico, mesmo que ele coloque seu conhecimento a serviço dos interesses e necessidades populares. Entre seus riscos típicos, estão o basismo (perspectiva que ignora a mediação institucional dos equipamentos do Estado e entende que todo conhecimento exógeno é pernicioso e que o grupo tem que pensar tudo por si mesmo), o ativismo (é mais importante agir do que pensar, estudar, escrever, planejar, sistematizar, etc.) e o politicismo (considera-se que a via absoluta da mudança social é a luta político-partidária). Trabalha-se para superar a alienação política e social que auxilia na manutenção de relações sociais injustas, tais como as vividas pelos membros das classes populares oprimidas e exploradas. Nesse sentido, há uma centralidade da *consciência racional* e uma *valorização do poder da informação e do conhecimento* – como instrumentos de superação da alienação – revelando uma mistificação racionalista, pois se acredita que o acesso à informação e ao conhecimento, bem como a crítica à ideologia, são o caminho certo para a transformação social (Aguiar & Rocha, 2007).



Seus referenciais são críticos e baseados no recorte de classes sociais, inspirados no método dialético, no Materialismo Histórico (Kafrouni, 2013), na Psicossociologia (Lévy, Nicolai, Enriquez & Dubost, 2001), na Educação Popular (Brandão, 1984, 1986a; Freire, 1987), nas abordagens psicossociais (Verdès-Leroux, 1986; Vasconcelos, 2008) e na Análise Institucional (Lourau & Lapassade, 1972; Lapassade, 1989; Martins, 2002; Barembly, 2012; Lourau, 2014). Também podem ser incluídos alguns dos importantes trabalhos da área da Psicologia Social e também da chamada Psicologia Social Comunitária (Campos, 1998; Sawaia, 1999; Lane & Codo, 2001; Bock, Gonçalves & Furtado, 2002; Pereira, 2001).

Suas técnicas de pesquisa incluem as seguintes práticas: inserção institucional no campo de pesquisa, observação participante (Zaluar, 2009), diário de campo (Hess, 2004, Whyte, 2005), entrevistas semidirigidas, análise do discurso, aplicação de dinâmicas de grupo, construção de analisadores, formação de grupos e fomento de processos de grupalização que cheguem a constituir *grupos de trabalho* que assumem tarefas em nome próprio, desenvolvimento de práticas ativas de sensibilização, de formação da consciência crítica e de mobilização social e política; há ação e reflexão sobre a ação realizada, visando à construção do conhecimento. Dá-se muita importância à prática ética de devolutivas e de restituição de resultados aos sujeitos investigados (Tanikado & Maraschin, 2012; Pereira; Conceição, 2013).

Pretende-se que o conhecimento seja produzido a partir da prática enquanto ação coletiva, organizada e refletida, sistematizada e escrita, resultando em um tipo de conhecimento que obtém reconhecimento e estatuto acadêmico. Tem, como seus horizontes amplos, a autoanálise e a autogestão. O conhecimento é o resultado formal da ação e da reflexão sobre a ação. Seu lema poderia ser “conhecer coletivamente para transformar juntos”.

Os efeitos éticos desse dispositivo participativo podem ser localizados a partir da ética da ação social (Benelli, 2014), modalidade na qual o outro já começa a ser pensado enquanto sujeito e não enquanto objeto passível de manipulações as mais diversas.

### **3. O Dispositivo interventor-normalizador<sup>5</sup>: as práticas de “intervenção psicossocial”**

Diversos trabalhos ditos de “intervenção psicossocial” parecem bons representantes desse dispositivo. Nota-se neles uma forte tendência da Psicologia em patologizar, psicologizar e despolitizar o que é eminentemente social, terapeutizando a vida social na direção da instauração e consolidação de uma cultura psicológica. Aparentemente a Psicologia, como ciência humana, parece estar superando a mera função de mistificar as

---

<sup>5</sup> Pensamos que é justo distinguir a perspectiva da pesquisa-intervenção, de inspiração cartográfica, que já estaria se localizando em outros lugares teóricos, técnicos, políticos e éticos, dessa modalidade que estamos denominando de “intervenção psicossocial” de viés interventor.

contradições das relações sociais, dirigindo-se para uma prática mais ampla que visaria ao cultivo do relacional ou à expansão de uma cultura relacional de matiz psicologizante, investigada por Castel (1987) e sobre a qual também já escrevemos (BENELLI, 2009).

Encontramos alguns casos da literatura que nos parecem bons exemplares das denominadas práticas de intervenção caracterizadas como sendo “psicossociais”, mas que são representativos da persistência do antigo e do tradicional nas práticas da Psicologia. Há os trabalhos de Bazon (2002), Silva (2002), Casella (2004), Casas (2005), Zamberlan (2005), Machado (2004), de Afonso (2006), Neiva (2010), Catão (2011), Silveira (2014), Lima (2015). Todos eles tornam explícito o esforço da Psicologia em propor que finalidades terapêuticas e curativas sejam obtidas por meio de diversos processos pedagógicos, educativos, cuidadores e socializadores, numa perspectiva que se denomina “psicossocial”, mas que, quando examinada mais de perto, apresenta um notável viés adaptativo, corretivo e vigilante, visando o ajustamento normalizador do indivíduo (Foucault, 1999).

Quando as dimensões sociais, políticas, econômicas e subjetivas que são determinantes das condições de vida escapam completamente a qualquer possibilidade de intervenção e transformação, resta ao profissional da psicologia o trabalho de gerenciar e administrar o plano das relações interpessoais, trabalhando sobre o relacionamento humano, procurando melhorá-lo ou desenvolvê-lo, buscando superar seus bloqueios e traumas e também prevenir problemas de comportamento (Castel, 1987). Se transformar a realidade sociopolítica é inviável porque, segundo o discurso neoliberal, o social já não existe mais, resta produzir e criar o psicológico como espaço pessoal (interioridade psicológica) e interpessoal (relacionamento grupal baseado em técnicas psicológicas).

Parece que se a intenção dessa perspectiva chamada “intervenção psicossocial” consiste em buscar superar os aspectos objetificadores, universais e autoritários da dita Psicologia Clínica – tomada como um campo homogêneo e indistinto –, ao invés de percorrer novos caminhos, estaria apenas trilhando as antigas veredas normalizadoras de sempre. Embora não pareça evidente à primeira vista, podemos considerar que o dispositivo interventor consistiria numa variação do dispositivo intromissor.

Os efeitos éticos desse dispositivo psicossocial estão alinhados com a ética da interlocução, na qual se estabelece um pretensão diálogo entre indivíduos e ou pessoas iguais, mas que se revela nitidamente normalizador (Benelli, 2014).

#### ***4. O Dispositivo cartográfico e genealógico: a pesquisa-intervenção***

Essa modalidade de pesquisa (Nascimento, Manzini & Bocco, 2006; Moraes, 2012; Rocha, 2006; Rocha & Aguiar, 2003) permite perceber os limites das práticas de sensibilização e de conscientização que permeiam a pesquisa-ação. Parte de uma problematização das *concepções de ciência* e do conceito central de *subjetividade*, como eixos que orientam a investigação. Já se questiona a própria instituição pesquisa no contexto da universidade, interrogando o lugar do perito-pesquisador enquanto especialista. A pesquisa consiste num dispositivo de intervenção que se afirma enquanto ato político, partindo da indissociabilidade entre saber, poder e produção de subjetividade (Parpinelli & Fernandes, 2011). Considera-se que há diferentes modos de subjetivação e seus processos de serialização e de singularização, no plano sócio-histórico.

Nessa perspectiva, pensa-se que o homem é construído por meio de processos de subjetivação sociais e históricos. A subjetividade seria produzida por meio de complexos processos psicossociais que desenham, criam e recortam diferentes figuras e personagens, bem como distintos modos de subjetivação no campo social. A subjetividade consistiria em configurações diversas da existência nas dimensões do tempo e do espaço sócio-histórico, sendo sempre uma construção cultural, datada e localizável, passível de ser mapeada em sua *arqueologia* enquanto produção discursiva, em sua *genealogia*, já que ela seria fabricada na articulação e no imbricamento de saberes com poderes, e *cartografada* nos seus devires, enquanto está eticamente implicada nos atravessamentos e transversalidades com as multiplicidades sociais, históricas e culturais.

Intervenção remete à ideia de “vir entre”, de “interposição”, de intersecção, de ocupação de brechas e de interstícios, tendo como objetivo a *produção de acontecimentos* que portam a *diferença*, observando o ineditismo da experiência humana, surpreendendo-se com sua dimensão micropolítica.

A realidade a ser conhecida na perspectiva da diferença recusa codificações universais, refuta a redução das multiplicidades e diversidades existenciais a qualquer tipo de unidade empobrecedora. Não mais como parte de um todo previamente organizado, a realidade revela-se como realidade imanente na qual o que existe é resultado do encontro de múltiplas dimensões ou de linhas de força. [...] A consciência sobre a realidade, nesta leitura, será sempre parcial, sem a possibilidade de qualquer síntese integradora já que é produzida, também, por subjetividades plurais em permanente conflito que engendram modos inusitados de subjetivação (Paulon, 2005, p.21).

Na pesquisa-intervenção, por meio da *implicação do pesquisador* – pois ele é objetivado por aquilo que pretende objetivar –, busca-se captar o movimento e as metamorfoses que não são definidos a partir de uma origem nem como um alvo a ser alcançado (Paulon, 2005). O que se pretende é acompanhar e descrever processos, procurando participar deles. Seus referenciais teóricos incluem a Filosofia da Diferença, a Esquizoanálise (Neves, 2004), a Cartografia (Amador & Fonseca, 2009; Passos, Kastrup & Escóssia, 2009; Passos & Tedesco, 2016; Paulon & Romagnoli, 2010; Prado Filho & Teti, 2013) e a Genealogia (Ferreira Neto, 2004; Mello, 2013).

A *Filosofia da Diferença* designa um pensamento complexo que problematiza as concepções filosóficas e científicas tradicionais que são consideradas como verdadeiras, completas e universais (Fonseca, Nascimento & Maraschin, 2012). Caracteriza-se pela transdisciplinaridade, afirmando que o sujeito e o objeto do conhecimento são construções e invenções do discurso científico de que fazem parte. Os filósofos da Diferença, tais como Deleuze, Guattari, Foucault e Derrida, entre outros, fazem parte de uma linhagem filosófica que incluem autores singulares tais como Espinosa, Bergson e Nietzsche. Trata-se de uma filosofia que se interessa pela diversidade, pluralidade e singularidade, ao invés de um pensamento baseado numa Ideia universal e numa concepção de totalidade dialética que contém partes singulares. Tal perspectiva se interessa menos pelas semelhanças e identidades e muito mais pela singularidade e particularidade. Singularidade designa um conjunto de coisas-seres-signos-ideias, é um bloco de realidade social complexa que não coincide usualmente com os tradicionais objetos das ciências humanas e sociais particulares.

Foucault formulou e utilizou a *genealogia* – uma forma de análise das práticas de objetivação – focalizando o poder sob uma ótica particular na qual rejeitou a noção comum de um poder que se caracterizaria como um exercício sempre e rotineiramente repressivo, sempre subordinado ao Estado. O poder, contrariando essa noção repressiva e estatal, manifesta-se como uma teia ou rede de microrrelações de força com efeitos simultaneamente locais e globais. Trata-se de uma microfísica do poder. A genealogia é um diagnóstico que se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna, configurando um instrumental metodológico com o qual Foucault procedeu a uma complexa análise do poder (Deleuze, 1988). Ela se opõe ao método histórico tradicional, buscando indicar a singularidade dos acontecimentos; pois se considera que não existem essências fixas, nem leis subjacentes ou sequer finalidades metafísicas. A genealogia se ocupa com a descontinuidade, com a recorrência e o jogo (Machado, 1981), rebelando-se contra os desenvolvimentos contínuos, as ideias de progresso e uma seriedade hipócrita. Ela procura a superfície dos

detalhes, as pequenas mudanças e contornos sutis (Veyne, 1982). Para o genealogista, a objetividade científica (o saber) e a subjetividade (o si mesmo) emergem juntas do seio de práticas sociais. São estratégias de dominação, relações de forças que funcionam em acontecimentos particulares e em movimentos históricos. Saber e poder são concebidos por Foucault (1999) como uma estratégia geradora de disposições, manobras, táticas, técnicas, funcionamentos. O poder não é um privilégio que se pode deter, mas uma rede de relações sempre tensas e ativas, particularmente produtivas.

A busca pela verdade absoluta, até que se torne tediosa e medíocre, é também risco inerente aos exercícios de pesquisas científicas, cujas buscas teleológicas culminam fatalmente na produção de novas verdades para tornar o homem cada vez “melhor” (*Idem, ibidem*) e, portanto, ausente de si mesmo, mas repleto de prescrições morais que cindem suas condutas no campo do bom e do ruim, ou do verdadeiro e do falso. A tarefa desta análise está em refletir não tanto sobre o que é verdadeiro ou falso, mas sobre a relação do sujeito e sua possibilidade de adesão a determinados regimes de verdade. A estratégia genealógica como prática de pesquisa tem como objetivo colocar em perspectiva tais questões sobre as relações do homem com a verdade, de modo a apresentar suas proveniências, históricas e mundanas, sem a pretensão de oferecer os caminhos para sua superação. Nas palavras do historiador Paul Veyne (2011), a estratégia genealógica como princípio metodológico refere-se à construção de uma crítica da atualidade que se esquia de ditar prescrições para a ação, mas fornece-lhe conhecimentos (Souza, 2013, p. 19).

O conhecimento não é considerado como um saber verdadeiro e universal, mas contextualizado na história e no tempo, é sempre local, parcial, provisório e, portanto, superável, desnaturalizador, sendo fortemente configurado por dimensões políticas e culturais. Não se reduz a uma simples técnica, mas consiste numa prática social que possui vieses éticos específicos. Inclui necessariamente o diálogo com os saberes considerados marginais e menores. Pretende superar a dicotomia teoria-prática ao definir o conhecimento como uma forma específica de ação sobre o mundo (Leite & Aragão, 2010). Portanto, a produção de teoria, a própria prática teórica, já é uma modalidade de intervenção na realidade, ao instituir atores sociais, sujeitos e objetos e formas de operar e lidar com eles. O conhecimento científico é pensado criticamente como um discurso que também está submetido às regras da linguagem, de saber e de poder, sendo produtor de subjetividade. Sua produção não visa a

alcançar uma verdade absoluta, mas responder aos movimentos complexos e as pulsações instituintes da realidade social, que é histórica e mutante. Nesse sentido, Foucault afirmou que

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma “tomada de consciência” (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los (Foucault, 1979, p. 71).

O “método de pesquisa” pode ser denominado como cartografia (Regis & Fonseca, 2012) ou genealogia.

A organização metodológica e os procedimentos da pesquisa são elaborados e construídos no decorrer do próprio processo de pesquisa, de acordo com os objetivos do estudo a ser realizado, e as questões da pesquisa devem ser recolocadas diante de cada situação ou momento de interrogação (Scarpato, 2008, p. 25).

Suas técnicas de pesquisa incluem as seguintes práticas, dentre outras: inserção institucional no campo de pesquisa, observação participante, diário de campo, entrevistas semidirigidas, análise do discurso, construção de analisadores (Dias, 2011; Soares, 2011), sempre subvertendo suas formas acadêmicas tradicionais. As ferramentas de pesquisa são os discursos, as linguagens, os enunciados e as vozes. Elas produzem versões diversas e instituem modos de ser, de compreender e de explicar a si e ao mundo (Fonseca, Kirst, Oliveira, D’Ávila & Marsilac, 2006).

No final da pesquisa, não é incomum que o pesquisador, que se pensa e se intitula propriamente como tal, produza um conhecimento acadêmico (dissertação ou tese) sobre a realidade pesquisada. Ele pretenderia superar a produção de um conhecimento “contra”, mas talvez ainda esteja produzindo um conhecimento “sobre” e “para” um dado coletivo

institucional investigado, embora tentasse produzir um conhecimento “com” os sujeitos que são considerados atores institucionais. Seu lema poderia ser algo como “todo conhecer é um fazer”, ou “o conhecimento é uma prática sociopolítica”, ou ainda “a prática científica é constituinte das práticas culturais”, visando a criar e identificar dispositivos analisadores que favoreçam a produção de acontecimentos.

Os efeitos éticos do dispositivo cartográfico pautam-se por uma ética do cuidado psicossocial (Benelli, 2014), incluindo o outro como sujeito histórico e operando com a complexa noção de subjetividade e de processos sócio-históricos de subjetivação.

### ***5. O Dispositivo Intercessor: a intercessão-psicossocial***

As diversas modalidades de pesquisa e de intervenção são importantes para a formulação do dispositivo intercessor: muitas são boas para a crítica e outras tantas fornecem diversos elementos que são utilizados na formalização de seus próprios operadores. Nessa proposta, busca-se tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto à relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder.

As diferentes modalidades de pesquisa denominadas dispositivo interventor, dispositivo participativo, dispositivo normalizador, dispositivo cartográfico e genealógico apresentam posições diversas quanto a tais questões. Mas todas elas partem, em maior ou menor grau, de uma suposição natural quanto ao lugar e ao papel específico e central do pesquisador, mesmo nos casos em que os indivíduos pesquisados sejam considerados participantes e coadjuvantes da pesquisa. O pesquisador não deixa de ser o agente principal do processo e, depois de realizado seu trabalho enquanto pensador, ele oferece diferentes formas de devolutiva para os “sujeitos” – na verdade, os “objetos” – da pesquisa empreendida. No dispositivo intercessor, o essencial é fazer a crítica da divisão social do trabalho no MCP, que também se manifesta nas cisões clássicas: ciência-implementação, pensar-fazer e teoria-prática.

Há uma Psicologia Tradicional, de corte interventor autoritário, que fundamenta uma atuação profissional baseada numa perspectiva teórico-técnica que opera a partir da prevenção, da intervenção, propondo tratamento, reabilitação, reinserção, reeducação, ressocialização, cuidado e inclusive proteção, tendo como parâmetro a noção de “normalidade-patologia-desvio” e seu objeto pode receber diversas denominações: pessoa, indivíduo, doente, consciência racional, ego, personalidade, identidade, comportamento, conduta. Mas a Psicanálise de Freud e Lacan, com as complexas questões sobre o processo de constituição do sujeito e da máquina humana de subjetivar, exige que se supere e mesmo que

se subverta o campo da Psicologia. Os estudos de Foucault, de Deleuze e Guattari sobre a subjetividade também problematizam intensamente essa Psicologia e seus efeitos sociais. As ciências humanas, com suas teorias, técnicas, objetos e efeitos, são profundamente questionadas por tais referenciais. Quanto ao sujeito humano, aprendemos com Freud que

Quase parece como se a análise fosse a terceira daquelas profissões ‘impossíveis’ quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios. As outras duas, conhecidas há muito tempo, são a educação e o governo (Freud, 1975, p.282).

Freud afirma que os homens são ineducáveis, ingovernáveis e também não são passíveis de análise pelo outro. Não é possível educar e ensinar, no sentido de que o aprendiz vai se apropriar exatamente daquilo que lhe foi ministrado, já que não é assim que se aprende. Contudo, sabe-se que as pessoas podem aprender em nome próprio – e é exclusivamente assim que aprendem –, sobretudo, diante de ofertas consistentes. Ninguém pode ensinar ninguém, mas todos podem aprender juntos, ou como afirma Paulo Freire (1987, p. 68) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. As pessoas não são dóceis nem obedientes à autoridade que pretende controlá-las e submetê-las; elas resistem em silêncio ou se amotinam barulhentas. No entanto também podem se organizar coletivamente, na direção da autogestão. Se a análise é impossível, pois a interpretação do terapeuta não tem o poder de modificar o outro à sua revelia<sup>6</sup> – que não o autoriza a dizer o que quer que seja quanto ao seu modo de viver –, ainda assim, um analisante pode produzir um saber sobre si, na presença de um analista que exercite a *douta ignorância*, quando ciente, sobretudo, que não pode (e nem deseja) saber pelo outro. O desejo do analista não é o desejo de saber, mas o desejo de que haja análise.

Se o homem pode ser tomado por trabalhadores de diversas especialidades como coisa a ser manipulada, como objeto, isso significa que ele pode ser considerado como *um outro que é objeto* de ensino (mestria), de governo (tutela e subordinação), de interpretação psicologizante (hermenêutica), de prevenção, de intervenção autoritária, de tratamento, de cura, de cuidado infantilizante e paternalista. Por outro lado, a Atenção Psicossocial, tal como postulada por autores tais como Costa-Rosa (2000, 2011a, 2011b, 2012, 2013), Costa-Rosa,

---

<sup>6</sup> Se for uma interpretação hermenêutica. Por outro lado, se for uma interpretação situada na psicanálise, no mínimo, abrirá caminhos para a mudança/subjetivação. “A interpretação analítica está, ela própria, na contramão do sentido comum do termo” (Lacan, 2007, p. 15).



Luzio e Yasui (2003), Yasui e Costa-Rosa (2008), Rinaldi (2005, 2006), Rinaldi e Bursztyn (2008), inclui a análise política de instituições, a Análise Institucional e uma teoria da constituição da subjetividade específica do campo de Freud e Lacan. Ela opera com o conceito de sujeito e considera a subjetividade nas suas dimensões inseparáveis: o plano social e o psíquico, que não possuem solução de continuidade: não há o indivíduo e o social, há uma única realidade, que é social e subjetiva, subjetiva e social ao mesmo tempo. Se o homem é considerado enquanto sujeito, ele não pode ser coisificado, objetificado, ele deve ser tratado a partir da sua singular condição de ser desejante, construtor e autor imprescindível do seu próprio percurso.

Tradicionalmente, no campo das práticas de atenção *psi* (psicológicas, psiquiátricas, psicanalíticas), ao sofrimento psíquico, o outro também pode ser tomado como objeto de ensino (numa atitude de mestria), de governo (por meio da tutela e da subordinação), de interpretação, de intervenção, de prevenção, de tratamento, de cura, de cuidado. Práticas diversas de reabilitação, de reinserção, de ressocialização, tomam o indivíduo como objeto, como doente, como consciência, ego, personalidade, identidade, comportamento, conduta, como portador de patologia e de desvio da normalidade. Como superar esses impasses?

Quando o outro é objeto de conhecimento, há diversos meios de trabalho baseados na intervenção, de caráter cuidador mais ou menos assistencialista, pedagógica ou terapêutica, mas cuja função consiste na reprodução das relações de opressão, dominação e subordinação hegemônicas. Trata-se do plano do Discurso do Mestre, da Universidade e também do Capitalista (Lacan, 2007), que subsidiam as práticas de atenção disciplinares-pedagógicas-terapêuticas-assistencialistas-cuidadoras-normalizadoras.

No Paradigma da Atenção Psicossocial, tal como postula Costa-Rosa (2013), é preciso questionar e superar a *dicotomia sujeito-objeto*. O homem nunca deve ser concebido como objeto, pois sua condição de sujeito<sup>7</sup> lhe é essencial e não pode ser escamoteada, ocultada nem negada. Se o outro é sujeito, não se pode saber por ele, nem submetê-lo a relações de ensino, de governo e de análise que o colocam no lugar de objeto, que o coisificam. Quando o outro está no lugar de sujeito, os trabalhadores podem implementar práticas de intercessão, produzindo relações sociais inéditas e singulares. Nesse caso, se instaura o Discurso da Histeria ou do Sujeito, tendo como horizonte o Discurso do Analista (Lacan, 1992).

---

<sup>7</sup> De acordo com Costa-Rosa (2011a, p.746), “o sujeito no sentido psicanalítico [inclui]: o homem simultaneamente como ser social (“entre” os homens) e como ser de sentido (“entre” significantes)”. A psicanálise do campo de Freud e Lacan considera o homem/sujeito “como ‘entre semelhantes’, ou seja, como sujeito social com todas as implicações e desdobramentos disso; até alcançar a dimensão do sujeito ‘entre significantes’, isto é, como sujeito de sentido e significância” (Costa-Rosa, 2013, p. 279).

Quanto aos seus referenciais teóricos, o psicólogo psicossocial que busca se posicionar como intercessor é um profissional que possui, necessariamente, uma formação complexa, devendo ser informado pelo Materialismo Histórico, avisado pela Análise Institucional (AI) (Stringueta & Costa-Rosa, 2007; Romanini & Roso, 2012), prevenido pela Filosofia da Diferença (Deleuze, 1992) e, sobretudo, precavido pela Psicanálise do campo de Freud e Lacan, para realizar práticas de intercessão norteadas por uma ética que possibilita aos sujeitos se reposicionarem, a partir do tratamento do Real pelas ferramentas do Simbólico, nas conflituosas que atravessam e que os atravessam: implicação subjetiva e sociocultural (Costa-Rosa, 2000, 2011a). Considera-se que há especificidades que distinguem clínica e política, mas elas podem estar articuladas, sem se anularem ou excluírem mutuamente.

Quanto ao modo de efetivação, o trabalho de *intercessão psicossocial* se divide em dois momentos: o *Dispositivo Intercessor* (DI) e o *Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento* (DIMPC) (Martini, 2010; Miranda, 2011; Pereira, 2011; Galiego, 2013). Há diferenças entre, por um lado, o momento da intercessão na práxis institucional em um dado estabelecimento e, por outro, o tempo da pesquisa que, caso venha a ocorrer, será realizada posteriormente. A posição de trabalhador-intercessor numa intercessão-pesquisa diverge daquela do pesquisador clássico e possui outros objetivos. O intercessor-pesquisador visa à produção de subjetividade saúde e de saber na práxis, no contexto do seu trabalho institucional. Num tempo segundo, no caso de um trabalhador da Atenção Psicossocial que também está produzindo uma pesquisa acadêmica que vai consistir na apresentação de uma dissertação ou tese, ele teoriza sobre *sua* intercessão na práxis, não sobre objetos de investigação.

O DI tem como objetivo superar a cisão entre pensar/fazer, planejar/executar, decidir/implementar, dicotomias típicas do modo de funcionamento social hegemônico capitalista que divide os homens em pensadores-planejadores-dotados de poder de decisão e de mando e os executores-trabalhadores-tarefeiros que não pensam, perguntam ou participam das decisões. Para tanto, no âmbito da universidade, é preciso problematizar a instituição pesquisa e os modos como ela é realizada, reproduzindo essa cisão entre os intelectuais pensadores e os trabalhadores, que seriam supostamente ateóricos.

No melhor dos casos, o *intercessor* é um trabalhador inserido no contexto da práxis cotidiana em determinado estabelecimento institucional (de Saúde, de Educação, de Assistência Social, etc.) e, a partir do seu lugar de agente da práxis, operando instrumentalizado pelos referenciais do Materialismo Histórico, da Análise Institucional, da Filosofia da Diferença e da Psicanálise lacaniana, ele participa do trabalho promovido pelo

estabelecimento, procurando construir a *posição de intercessor*. Nesse sentido, ele é um trabalhador como os demais; porém, sua formação singular e complexa lhe permite adotar uma atitude teórico-técnica e ético-política permanentemente pensante, problematizadora, crítica, buscando promover processos de grupalização, de coletivização, de participação, de formação, de assunção coletiva da tarefa institucional, no sentido da transformação social. Mas tudo isso só poderá ser feito a partir de um *lugar transferencial* que o trabalhador pode vir a ocupar<sup>8</sup> na posição de intercessor, ao longo do tempo, junto ao coletivo institucional, condição essencial que o autorizará a dizer, fazer, perguntar, problematizar determinadas questões com o grupo de colegas trabalhadores. Trata-se de fazer operar, no grupo, a produção de um *saber* sobre a práxis que seja transformador da realidade institucional. Portanto, há aí produção de “pesquisa” durante a intercessão, mas ela produz *saber* e não necessariamente *conhecimento*.

É importante entender que é o *campo da intercessão* – tal como se sabe a partir da Psicanálise, da AI e de Deleuze –, com sua dinâmica própria que permite a operação de um intercessor, e não o inverso: não é o intercessor que cria o campo de intercessão por meio de sua ação. Como se vê, ocupar a posição de trabalhador-intercessor é algo bastante delicado, não é permanente, mas uma função que emerge em função do campo pulsional – muitas vezes, de modo inadvertido pelos próprios trabalhadores – e nem sempre possível, pois o eventual intercessor sabe bem dos seus limites. Nesse momento da intercessão institucional não se faz pesquisa nem coleta de dados, pois o intercessor não é pesquisador, nem se apresenta ou atua como tal, avisado de que o tipo de oferta apresentada determina o lugar que o colocam e o que passam a esperar dele. Mas pode-se fazer um diário de campo no qual se relate a vivência do intercessor no campo da práxis institucional. Esse relato escrito pode ser útil ao trabalhador-intercessor para poder pensar o processo da práxis, permitindo-lhe refletir, problematizar e elaborar sobre sua intercessão.

O momento segundo denomina-se *Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento* (DIMPC) e seu objetivo é problematizar a práxis científica da universidade, a partir de uma reflexão sobre o DI, de modo a operar transformações na própria academia (Chauí, 2001). O diário de campo pode ser uma referência entre outras – que podem incluir também documentos oficiais, livros de atas de reuniões, circulares internos, jornal institucional, material institucional de formação, cartilhas etc. – que será utilizado quando e

---

<sup>8</sup> Esse lugar transferencial, em algum momento, o trabalhador se autoriza a ocupá-lo, mas fundamentalmente, é autorizado pelo grupo que supõe nele um saber. Consideramos que nem sempre o trabalhador vai estar no lugar de intercessor, devido aos giros discursivos (Lacan, 2007).

no caso de se pretender fazer uma reflexão sistemática, crítica e analítica, apresentando formal e teoricamente a intercessão realizada no campo da práxis institucional.

Busca-se problematizar os conceitos construídos durante o DI, interrogando-os a partir do conhecimento científico, de modo a questionar também esse conhecimento acadêmico. Trata-se de pensar sobre os meios, as técnicas e os processos de produção de saber na práxis. A validade desse *saber segundo* é importante para a práxis da universidade, e não tem como finalidade servir para uma devolutiva aos trabalhadores da práxis, pois “não se pode saber pelo outro” e é preciso ser coerente com esse limite estabelecido pela *ignorância douta*. A questão da “devolutiva” de uma pesquisa deixa de ter sentido, nesse caso, pois tudo o que poderia ser feito ou dito já o foi no tempo primeiro.

O modo universitário de produzir conhecimentos é normalmente intromissor e autoritário, objetivificante e coisificante, excluindo a subjetividade, supondo um conhecimento objetivo, universal, necessário, absoluto e verdadeiro. Ora, o DI/DIMPC procura questionar e subverter também a lógica da práxis acadêmica, questionando os conhecimentos instituídos. Seu lema pode ser expressado por meio da locução “transformar para conhecer”. Trata-se de um saber auto-analítico e autogestivo produzido pelo coletivo institucional para responder às suas próprias questões, que pode promover mudanças e transformações em suas práticas. E isso se dá independentemente de que tal saber urdido na práxis venha a se cristalizar sob a forma de conhecimento acadêmico, como “pesquisa”, como um texto escrito e apresentado sob a forma de relatórios, monografias, dissertações, teses ou livros.

O dispositivo intercessor se pauta pela ética do sujeito (Costa-Rosa, 2013; Benelli, 2014; Fiochi, 2016), incluindo tanto o homem enquanto ator social no plano da política e da história, quanto o sujeito do (desejo) inconsciente, compreendendo suas especificidades. Não é aceitável, na Atenção Psicossocial, que as práticas dos atores sociais promovam formas de subjetividade alienada, adaptada, serializada, pois esse é um aspecto fundamental que uma ética radicalmente cidadã deve questionar e buscar superar.

## **Conclusão**

O campo da Psicologia como saber/fazer disciplinar orientado de modo predominante pela matriz positivista enquanto ciência hegemônica tradicional, pode ser problematizado a partir de um leque de opções composto por diferentes matrizes teóricas transdisciplinares que pode ser enumerado assim: matriz materialista histórica – Marx, da qual derivam as possibilidades dialéticas críticas; matriz psicanalítica – psicanálise do campo de Freud e

Lacan; matriz nietzschiana – Filosofia da Diferença: Foucault, Deleuze, Guattari. A partir dessa perspectiva geral, tratamos de discutir alguns paradigmas de pesquisa em Psicologia, procurando caracterizá-los, apontando para alguns de seus limites. O exame da visada positivista que fundamenta a ciência moderna, considerando sua configuração na atualidade e suas aporias epistemológicas, foi o ponto de partida para introduzir uma análise problematizadora e crítica dos diferentes enfoques teórico-metodológicos presentes no campo acadêmico universitário e que são empregados na produção do conhecimento científico, levando-se em consideração os aspectos éticos-estéticos-políticos envolvidos. O trabalho de buscar mapear com clareza um determinado problema, explicitando suas questões centrais, parece uma boa contribuição a oferecer quanto ao tema das relações entre pesquisa e práticas psicológicas, tais como elas são postuladas na universidade, longe de qualquer perspectiva onipotente.

### **Referências**

- Afonso, M. L. (Org.). (2006). *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27(4), 648-663.
- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsznajder, F. (1999). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa* (2a ed.). São Paulo: Pioneira.
- Amador, F., & Fonseca, T. M. G. (2009). Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa: considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 30-37.
- Araújo, M. A. M. (2012). *Guia da Extensão Universitária da UNESP*. (3a ed.). São Paulo: Unesp, Proex.
- Barbier, R. (1985). *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Barbier, R. (2004). *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livros.

- Baremblytt, G. F. (2012). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática* (6a ed.). Belo Horizonte: Editora FBG/IFG.
- Bazon, M. R. (2002). *Psicoeducação – teoria e prática para a intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial*. Ribeirão Preto: Holos.
- Benelli, S. J. (2009). A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. *Estudos de Psicologia*, 26(4), 515-536.
- Benelli, S. (2014). As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 269-287.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G., & Furtado O. (Orgs.). (2002). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Boff, C. (1984). *Como trabalhar com o povo* (3a ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Bordenave, J. E. D. (1987). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Botomé, S. P. (1996). *Pesquisa alienada e ensino alienante - o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis, Vozes; São Carlos: EDUFSCAR; Caxias do Sul: EDUCS.
- Brandão, C. R. (1982). *Lutar com as palavras: escritos sobre o trabalho do educador*. Rio de Janeiro: Graal.
- Brandão, C. R. (1984). *O ardil da ordem – caminhos e armadilhas da educação popular*. Campinas: Papirus.
- Brandão, C. R. (1985). *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1986a). *Educação Popular* (3a ed.). São Paulo, Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1986b). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.

- Bujes, M. I. E. (2008). Para pensar pesquisa e inserção social. *Revista Eletrônica de Educação*, 2(2), 106-124.
- Campos, R. H. F. (Org.) (1998). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, M. C. M. (1989). *Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas* (8a ed.). Campinas: Papyrus.
- Casas, F. (2005). Desafios atuais da psicologia na intervenção social. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 42-49.
- Casella, M. (2004). *Estratégias em psicologia institucional*. São Paulo: Loyola.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Catão, M. F. (2011). O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção. *Temas em Psicologia*, 19(2), 459-465.
- Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP.
- Coelho, D. M. (2012). A psicanálise na pesquisa em psicologia social. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 248-259.
- Costa, M. F. (2016). *A clínica da urgência na unidade de pronto atendimento: da privatização da Saúde a uma aposta no sujeito do inconsciente*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.
- Costa-Rosa, A. (2000). O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. D. C. Amarante. (Org.) *Ensaio: Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade*. (pp.141-168). Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Costa-Rosa, A. (2011a). *Operadores fundamentais da atenção psicossocial: contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva*. (Tese de livre-docência). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.
- Costa-Rosa, A. (2011b). Ética e clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. *Saúde e Sociedade*, 20(3), 743-757.
- Costa-Rosa, A. (2012). Contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In G. H. Dionísio, G. H., & S. J. Benelli, S. J. (Orgs.). *Políticas públicas e clínica crítica* (pp. 15-31). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Costa-Rosa, A. (2019). *Intercensões e análises sobre o processo de produção saúde-adoecimento atenção no campo psíquico, num território municipal*. Produção de novas tecnologias para o implemento da Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n.spe), 1-28.
- Costa-Rosa, A., Luzio, C. A., & Yasui, S. (2003). Atenção Psicossocial: rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. In P. D. C. Amarante. (Org.). *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial* (pp.13-44). Rio de Janeiro: Nau.
- Dantas, J. B. (2010). Formar psicólogos: por quê? para quê? *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(3), 621-636.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (1992). Os intercessores. In G. Deleuze. *Conversações (1972-1990)* (pp. 151-168). Rio de Janeiro: 34.
- Demo, P. (1987). *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.
- Demo, P. (2001). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez.



- Demo, P. (2004). *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livros.
- Dias, R. O. (2011). Pesquisa-intervenção, cartografia e estágio supervisionado na formação de professores. *Fractal, Revista de Psicologia*, 23(2), 269-289.
- Duarte, N. (2006). A Pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. *Perspectiva*, 24(1), 89-110.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.
- Ferreira Neto, J. L. (2008). A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. *Fractal, Revista de Psicologia*, 20(2), 533-546.
- Fiochi, P. I. C. (2016). Uma reflexão sobre a pesquisa e a produção de conhecimento na universidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15(1), 17-25.
- Fonseca, T. M. G., Kirst, P. G., Oliveira, A. M., D'Ávila, M. F., & Marsilac, A. L. M. (2006). Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 655-660.
- Fonseca, T. M. G., Nascimento, M. L., & Maraschin, C. (2012). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Franco, M. A. S. (2005). Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 483-502.
- Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. (1987). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17.
- Freud, S. (1975). Análise terminável e interminável (1937). In *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 239-28). Rio de Janeiro: Imago, v. 23. (Obra original publicada em 1937).

Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33.

Gajardo, M. (1986). *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

Galiego, A. H. B. (2013). *O dispositivo intercessor como modo de produção do conhecimento: construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, Brasil.

Gil, A. C. (1988). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Groff, A. R., Maheirie, K., & Zanella, A. V. (2010). Constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103.

Guazi, T. S., & Laurenti, C. (2015). Algumas contingências da produção acadêmica universitária: um estudo preliminar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 139-153.

Hess, R. (2004). *O diário de pesquisa – o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Liberlivro.

Hurtado, C. N. (1992). *Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular*. Petrópolis: Vozes.

Kafrouni, R. (2013). O papel da categoria subjetividade na compreensão do contexto comunitário e da intervenção transformadora. *Estudos de Psicologia*, 30(1), 121-129.

Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. (2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (2001). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

- Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições* (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lampert, E. (2008). O ensino com pesquisa: realidade, desafios e perspectivas na universidade brasileira. *Fragmentos de Cultura*, 18(5/6), 353-374.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Leite, L., & Aragão, E. M. A. (2010). O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(3), 543-556.
- Lévy, A., Nicolai, A., Enriquez, E., & Dubost, J. (2001). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lourau, R. (2014). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1970).
- Lourau, R., Lapassade, G. (1972). *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Machado, M. N. (2004). *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Campo Social.
- Machado, R. (1981). *Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.
- Martini, R. B. (2010). *O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, Brasil.
- Martins, J. B. (Org.). (2002). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária.

- Mello, R. P. (2013). Os desafios à formação do psicólogo: governar a população? *Psicologia e Sociedade*, 25(2), 476-477.
- Melo Neto, J. F. (2004). *Extensão universitária: autogestão e educação popular*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Mexko, S. (2017). *Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.
- Mion, R. A., & Saito, C. H. (1995). *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores*. Campinas: Papyrus.
- Miranda, C. M. (2011). *Saúde Mental infanto-juvenil: uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, Brasil.
- Moraes, M. (2012). O pesquisar em ação. *Fractal, Revista de Psicologia*, 24(3), 661-664.
- Nascimento, M. L., Manzini, J. M., & Bocco, F. (2006). Reinventando as práticas psi. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 15-20.
- Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Vetor.
- Neves, C. E. A. B. (2004). Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56(1), 2-19.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs). (2009). *Pistas do método da cartografia – pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., & Tedesco, S. (2016). *Pistas do Método da Cartografia - v. 2. A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina.

- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.A. Queiróz.
- Patto, M. H. S. (2012). *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), 18-25.
- Paulon, S. M., & Romagnoli, R. (2010). Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 85-102.
- Parker, I. (2004). A desconstrução da psicopatologia na pesquisa ação. *Mental*, 2(3), 15-29.
- Parpinelli, R. S., & Fernandes, S. L. (2011). Subjetivação e psicologia social: dualidades em questão. *Fractal, Revista de Psicologia*, 23(1), 191-204.
- Pereira, A. B., Conceição, M. I. G. (2013). Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação. *Fractal, Revista de Psicologia*, 25(1), 109-126.
- Pereira, E. C. (2011). *Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.
- Pereira, W. C. C. (1988). *Dinâmica de grupos populares* (5a ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Pereira, W. C. C. (2001). *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes/PucMinas.
- Périco, W. (2014). *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: A clínica do sujeito na Saúde Coletiva*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, 1(38), 45-59.
- Regis, V. M., & Fonseca, T. M. G. (2012). Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(2), 271-286.
- Richardson, R. J. (s.d.). *Pesquisa participante e pesquisa ação: alternativas de pesquisa ou pesquisa alternativa*. Disponível em: <http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisaparticipdef.html> acesso em 10 jul. 2015.
- Rinaldi, D. (2005). Clínica e política: a direção do tratamento psicanalítico no campo da saúde mental. In M. Mello, & S. Altoé. (Orgs.) *Psicanálise, clínica e instituição* (pp. 87-106). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Rinaldi, D. (2006). Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da saúde mental? In S. Alberti, & A. C. Figueiredo, (Orgs.). *Psicanálise e saúde mental: uma aposta* (pp.141-147). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Rinaldi, D., & Bursztyn, D. C. (2008). O desafio da clínica na atenção psicossocial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(2), 32-39.
- Rocha, M. L. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *Psico*, 37(2), 169-174.
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, ciência e profissão*, 23(4), 64-73.
- Romanini, M., & Roso, A. (2012). Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. *Psicologia USP*, 23(2), 343-366.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71.

- Santos, B. S. (2000). *A crítica da Razão Indolente*. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.
- Sawaia, B. B. (Org.). (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Scarparo, H. (2008). *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Shimoguri, A. F. D. T. (2016). *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil.
- Silva, R. C. (2002). *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor.
- Silveira, A. (2014). *Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial*. São Paulo: Wedologos. Disponível em: <http://www.wontanara.com.br>. acesso em 03 mar. 2017.
- Silveira, R. L. L. (2012). *A pesquisa e suas implicações para a sociedade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Soares, F. M. (2011). Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 171-190.
- Sousa, J. (2006). As sete teses equivocadas sobre conhecimento científico: reflexões epistemológicas. *Ciência & Cognição*, 8(3) 143-152. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/587>. Acesso em: 2 out. 2018.
- Souza, R. A. (2013). *O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, Brasil.

- Souza, W. A. (2015). *A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: Um campo de intercessão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.
- Stringueta, L., & Costa-Rosa, A. (2007). O grupo intercessor: saber e conhecimento da práxis “psi” na atenção básica. In E. P. Constantino. (Org.) *Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia* (pp.145-161). São Paulo: Arte & Ciência.
- Thiollent, M. (1994). *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Tanikado, G. V. F., & Maraschin, C. (2012). Pesquisa, intervenção e tecnologias: dispositivos de virtualização de coletivos. *Fractal*, 24(1), 143-158.
- Vasconcelos, E. M. (2008). *Abordagens Psicossociais. Volume I: história, teoria e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec.
- Veyne, P. (1982). *Como escrever a história*. Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Verdès-Leroux, J. (1986). *Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez.
- Vieira, R. C., Assis, R. M., & Campos, R. H. F. (2013). Aprender e conhecer o outro: pensando o ensino de psicologia para educadores. *Psicologia e Sociedade*, 25(2) p.399-409.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Yasui, C., & Costa-Rosa, A. (2008). A Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. *Saúde em Debate*, 32(78-79-80), 27-37.
- Zaluar, A. (2009). Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, 15(2), 557-584. Disponível em:



[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132009000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200009).

acesso em 23 ago 2017.

Zamberlan, M. A. T. (Org.). (2005). *Psicologia e prevenção: modelos de intervenção na infância e na adolescência*. Londrina: Eduel.

Zuanon, A. C. C., Magnoni, A. F., Galhardo, E., & Del Masso, M. C. S. (2007). *Guia da extensão universitária da UNESP* (2a ed.). São Paulo: Unesp.

*Recebido em: 13/09/2019*

*Aprovado em: 15/11/2019*